

TEMPO E NARRAÇÃO: A PROPOSTA DE UMA POÉTICA DA NARRAÇÃO EM RICOEUR *

Theresa Calvet de Magalhães **

A obra *Tempo e Narração* (*Temps et Récit* (1)) publicada por Ricoeur a partir de 1983 – o primeiro volume (*Temps et Récit*) em 1983, o segundo volume (*La configuration du temps dans le récit de fiction*) em 1984 e o terceiro volume (*Le temps raconté*), sem dúvida o mais importante, em 1985 – foi concebida ao mesmo tempo que *Metáfora Viva*, publicada oito anos antes (2).

Os efeitos de sentido produzidos tanto pela metáfora como pela narração estão ligados ao mesmo fenômeno central de inovação semântica produzida ao nível do discurso, isto é, “ao nível dos atos de linguagem de dimensão igual ou superior à frase” (TR 1:11): o novo visado pela metáfora “consiste na produção de uma nova pertinência semântica por meio de uma atribuição impertinente” (a metáfora é, para Ricoeur, um fato de predicação, uma atribuição insólita ao nível da frase; toda metáfora pode ser repetida e perde assim o seu caráter de inovação semântica: torna-se metáfora morta), e o novo visado pela narração consiste na “composição da intriga” (*mise en intrigue*) que é também uma obra de síntese. É justamente através dessa composição da intriga que “fins, causas e acasos são reunidos sob a unidade temporal de uma ação total e completa” (TR 1:11).

É esta síntese do heterogêneo, esta composição do heterogêneo, como lugar do novo, do ainda não dito e do inédito (por um lado, uma nova predicação ou o que Ricoeur chama de metáfora viva e, por outro lado, uma nova congruência na composição dos incidentes ou o que ele chama de intriga simulada (*feinte*) que aproxima a narração da

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 2º Simpósio de Literatura Comparada, promovido pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da UFMG, em Belo Horizonte, de 19 a 24 de outubro de 1986.

** Departamento de Filosofia da UFMG.

metáfora. Em ambos os casos, a inovação semântica provém da imaginação criadora, da imaginação produtiva: esta consiste, no caso da metáfora, em "esquematizar a operação sintética, (em) figurar a assimilação predicativa que dá origem à inovação semântica" e, no caso da narração, ela consiste em "compor e integrar numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos", ou seja, em esquematizar "a significação inteligível que está ligada à narração considerada como um todo" (TR 1:12).

O problema epistemológico colocado tanto pela metáfora como pela narração consiste em grande parte, para Ricoeur, em vincular a racionalidade combinatória proposta pela semântica estrutural, no caso da metáfora, e a racionalidade legisladora (a investigação das leis no caso da história ou a investigação das estruturas narrativas no caso da narratologia) a uma inteligência poética (uma inteligência narrativa) enraizada no esquematismo. Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia da imaginação produtiva. Ricoeur tenta explicitar o enraizamento de toda explicação com pretensões à cientificidade numa compreensão prévia, uma compreensão originária do mundo. Esta vinculação entre explicar e compreender caracteriza mais profundamente toda a abordagem hermenêutica de Ricoeur, uma abordagem que não se confunde com as ciências semio-lingüísticas(3).

Mas há ainda um outro paralelismo entre a metáfora e a narração: na *Metáfora viva*, Ricoeur não limitou a sua análise ao *sentido* do enunciado metafórico mas abordou também toda a problemática da *referência* metafórica: a metáfora re-descreve, disse ele, uma realidade, inacessível à descrição direta. Se considerarmos a metáfora como um simples fato de linguagem, ela pode ser tida "como um simples desvio em relação à linguagem comum, ao lado da palavra rara, insólita, alongada, abreviada, forjada" (MV: 67). Considerada, assim, a um nível formal, enquanto desvio, a metáfora seria apenas um desvio de sentido, mas se ela for recolocada no contexto da *mimêsis*, tal como o explicitou Aristóteles em sua *Poética* (4), ela se prende ao poema-tragédia, isto é, ela está ligada à imitação ou à representação das melhores ações (na tragédia, a *mimêsis* das ações humanas é, segundo Aristóteles, e nisto ela é diferente da *mimêsis* no contexto da comédia, uma imitação que magnifica) e, neste sentido, enquanto *lexis* poética, a metáfora participa da dupla tensão que caracteriza, segundo Ricoeur, esta imitação: por um lado, restituição (submissão à realidade) e, por outro lado, sobre-elevação (MV:67-68). É esta dupla tensão que constitui, segundo ele, a função referencial da metáfora. Os próprios desvios da metáfora pertencem

cem, deste modo, ao grande empreendimento de dizer *o que é* (MV:72). Esse poder de re-descrever a realidade, este poder de se orientar para uma realidade extra-lingüística, é chamado por Ricoeur de *referência* do enunciado metafórico.

A tese que Ricoeur defende em *Metáfora Viva* é a de que a capacidade de referência da linguagem não se restringe ao discurso descritivo mas que todos os usos não descritivos da linguagem, isto é, todos os textos poéticos se relacionam ao mundo (5) de acordo com um regime referencial próprio, o de referência metafórica (Cf. MV: 323-381).

Ora, a função mimética da narração coloca, segundo Ricoeur, "um problema exatamente paralelo ao da referência metafórica" – seria apenas uma aplicação desta última à esfera do *agir* humano. Esta função mimética da narração exerce-se na esfera da ação e de seus valores temporais (TR 1:13). A composição da intriga (tradução dada por Ricoeur ao conceito de *mythos* em Aristóteles) era considerada na *Poética* como *mimesis* de ações. Ricoeur alarga o sentido aristotélico de *mimêsis* – por *mimêsis*, ele entende: 1) o reenvio à pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, ou o que ele chama de *mimêsis 1*;

2) a entrada no reino da configuração narrativa propriamente dita, ou o que ele chama de *mimêsis 2*;

e 3) uma nova configuração, pela mediação da configuração narrativa, da ordem pré-compreendida da ação, ou o que ele chama de *mimêsis 3* (TR 1:13). É este terceiro sentido de *mimêsis* que permite explicitar de que modo a função mimética da narração reencontra a problemática da referência metafórica. Ricoeur vê na composição da intriga considerada como mimese de ações "o meio privilegiado pelo qual re-configuramos a nossa experiência temporal confusa, informe e, ao limite, muda" (TR 1:13) - seria nessa capacidade da configuração narrativa de refigurar essa experiência temporal que reside a função referencial da narração.

Nesta obra, *Tempo e Narração*, Ricoeur quer, por um lado, explicitar, acentuar, a *identidade estrutural* entre historiografia e narração de ficção (2ª e 3ª partes) e, por outro lado, afirmar o parentesco profundo entre a exigência de verdade destes dois modos narrativos (4ª parte). Poderíamos dizer, seguindo aqui as indicações do próprio autor, que estaria subjacente a todo este estudo a distinção en-

tre sentido e referência ou entre o que Ricoeur prefere chamar agora de *configuração* e de *refiguração* (6): ao nível do sentido (ou da configuração narrativa), Ricoeur mostra como a história e a ficção possuem uma mesma estrutura, isto é, um modo comum de ordenar os eventos numa narração coerente; ao nível da referência, ou do que Ricoeur chama agora de refiguração do tempo pela narração, Ricoeur mostra de que modo tanto a história como a ficção referem-se à historicidade fundamental da existência humana.

O pressuposto de toda esta obra, explicitado na primeira parte (TR 1:85-129) e depois confrontado com a historiografia (TR 1:137-313) e com a análise estrutural da narrativa (TR2: 49-149), é o seguinte: a afirmação do caráter temporal da experiência humana – “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado enquanto narração” e “a narração é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” ou “quando ela torna-se uma condição da existência temporal” (TR 1: 17 e 85).

Por um lado, Ricoeur defende a tese do caráter narrativo irreduzível da história contra os argumentos epistemológicos de autores como C.G. Hempel(7) e contra os argumentos dos historiadores franceses, a corrente da historiografia na França (M. Bloch, L. Febvre e F. Braudel): trata-se, para Ricoeur, de explicitar a pertença da história ao campo narrativo definido pela operação configurante. O resultado dessa leitura crítica não se reduz a uma verificação desta pertença da história ao campo narrativo mas já assinala os limites de sua própria proposta. Por isso mesmo, ao defender a tese da derivação *indireta* do saber histórico a partir da inteligência narrativa, Ricoeur mostra como esse saber transforma as noções fundamentais de acontecimento, de intriga e de personagem. Ao propor as noções de “quasi-événement”, de “quasi-intrigue” e de “quasi-personnage”, ele acentua não apenas o caráter *analógico* do uso dessas categorias narrativas mas também a forma bastante *indireta* de filiação pela qual a historiografia permanece tributária da inteligência narrativa e só assim preserva a própria dimensão histórica (TR 1:315-320).

Por outro lado, Ricoeur alarga a teoria aristotélica do *mythos* (“mise en intrigue”) de modo a poder dar conta da totalidade da narração de ficção e mais especificamente do romance: a história do gênero romance não leva Ricoeur a renunciar ao tema da intriga para designar o correlato da inteligência narrativa que comporta uma dimensão temporal irreduzível – a da tradicionalidade – e que é anterior, de fato e de direito, segundo ele, a toda reconstrução do narrar

num segundo nível de racionalidade. Ricoeur vai confrontar esta autêntica inteligência narrativa com a racionalidade defendida pela semiótica narrativa (em particular, Propp, Barthes, Greimas e Todorov). O grande ausente, nesta discussão, é Umberto Eco. O que Ricoeur critica à semiótica é o fato de ela ter eliminado a dimensão temporal, a história, privilegiando a estrutura (TRT 2:49 - 91).

Uma das teses defendidas por Ricoeur nesta obra é a de que a especulação filosófica, relativa ao tempo (tanto a de Sto. Agostinho como posteriormente as abordagens fenomenológicas de Husserl e de Heidegger) é "uma ruminação inconclusiva à qual responde somente a atividade narrativa" (TR 1:21), ou seja, para ele, a narração responde às aporias especulativas ou aos paradoxos da temporalidade por um fazer poético que esclarece essas aporias apesar de não as solucionar a nível teórico. É neste sentido que ele considera, deixando de lado a estrita cronologia, a *Poética* de Aristóteles como uma réplica, uma resposta poética, às aporias da temporalidade que se encontram no Livro XI das *Confissões* de Sto. Agostinho (TR 1:19-84). Para acentuar os traços aporéticos da concepção "psicológica" do tempo em Sto. Agostinho (concepção esta que deriva a extensão e a medida do tempo da *distentio animi*), Ricoeur separa, num primeiro momento, esta análise do tempo vivido da meditação relativa à eternidade, tão fundamental neste Livro XI das *Confissões*. Esta concepção do tempo não consegue, segundo Ricoeur, substituir mas apenas pode ser considerada como sobreposta a uma concepção cosmológica do tempo (a de Aristóteles e a de toda uma tradição anterior (em particular, Anaximandro) segundo a qual o tempo nos engloba e domina, a alma não tendo o poder de gerá-lo (TR 3:19). Esta abordagem psicológica do tempo (toda a dialética do presente – presente do passado (memória), presente do presente (atenção) e presente do futuro (expectativa) – enquanto *distentio animi*) oculta a abordagem cosmológica do tempo, do mesmo modo que esta última corre sempre o risco de ocultar a análise do tempo vivido. Não haveria, em Sto. Agostinho, uma fenomenologia pura do tempo. A própria possibilidade de uma apreensão intuitiva da estrutura do tempo é questionada por Ricoeur (TR 3: 37-89). Os três primeiros capítulos do terceiro volume (TR 3:19-144) retomam e aprofundam essa aporética da temporalidade. Não é possível, segundo Ricoeur, abordar a problemática do tempo a partir unicamente da alma (do espírito, da consciência) ou da natureza (do mundo, do universo): estas duas abordagens do tempo exigem uma conciliação. A reflexão filosófica relativa ao tempo (tanto a de Aristóteles como a de Sto. Agostinho e, posteriormente, a de Kant, a de Husserl

e a de Heidegger) não consegue unir as duas dimensões fundamentais do tempo, o tempo fenomenológico (o presente) e o tempo cosmológico (o instante). É fundamental para uma poética da narração, tal como a concebe Ricoeur, que ambos estes acessos ao problema do tempo sejam permitidos. Toda a ambição de Ricoeur, na segunda parte do terceiro volume desta obra, consiste na busca de mediações narrativas entre uma concepção fenomenológica do tempo e uma concepção cosmológica do tempo. Os cinco primeiros capítulos desta segunda parte (TR 3:147-279) retomam toda a poética da narração: trata-se de mostrar, numa hermenêutica da refiguração do tempo, como uma poética da narração "soluciona" ou pelo menos torna produtiva essa aporia da temporalidade.

O conceito de *mimêsis*, de atividade mimética, em Aristóteles, conduz Ricoeur à problemática da imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da configuração narrativa. A atividade mimética não pode ser separada, na *Poética*, da composição da intriga. A tragédia é *mythos* e *mimêsis*. Por um lado, a tragédia é imitação ou representação de ações (*Poética*, 1450b3), por outro lado, a intriga (o *mythos*) é imitação ou representação de ações (*Poética*, 1450 a 1). Ricoeur vai privilegiar esta quase-identidade entre as duas expressões *mimesis* e *mythos*. A imitação ou representação de ações é uma atividade mimética na medida em que *produz* algo, a saber, precisamente a composição dos fatos pela invenção da intriga (TR 1:59), na medida em que produz narrativas, diz Ricoeur. Esta equivalência entre *mimêsis* e *mythos* exclui toda interpretação da *mimesis* em Aristóteles em termos de cópia, de réplica ao idêntico. A *mimêsis* deve ser compreendida, segundo Ricoeur, não em termos de cópia mas de *redescrição* das ações humanas. O que Ricoeur chama de narração é, essencialmente, o que Aristóteles chamava de *mythos*, "a composição dos atos" pela invenção da intriga. Ou seja, Ricoeur foi buscar à *Poética* um modelo de composição da intriga que ele alarga de modo a abranger toda narração (TR 1:61-64). A um nível formal, Ricoeur define toda configuração narrativa como um dinamismo integrador que transforma um diverso de incidentes numa história una e completa (Cf. TR 2:18). Toda questão vai consistir em saber se o paradigma de *ordem* que caracteriza a tragédia (a tragédia é, para Aristóteles, uma imitação das ações humanas, mas essa imitação passa pela criação de uma intriga que possui os traços de composição e de ordem que faltam aos dramas da vida cotidiana (Cf. MV: 364)) pode ser aplicado ao conjunto do campo narrativo.

A tarefa de Ricoeur vai consistir em explicitar as implicações tempo-

rais desse modelo. No que diz respeito à *mimésis* (à atividade mimética) Ricoeur vai distinguir três momentos. Por um lado, o momento que ele chama de "a montante" (*l'amont*) da configuração narrativa (onde se enraiza a configuração narrativa) e, por outro lado, o momento que ele chama de "a jusante" (*l'aval*) da configuração narrativa, o momento que marca a abertura desta configuração. A configuração narrativa representaria o momento de mediação entre estes dois momentos, o do enraizamento e o de abertura. Esta articulação entre os três momentos da *mimésis* torna-se o fio condutor da relação que Ricoeur pretende explorar entre tempo e narração. A tese de Ricoeur é a de que o próprio sentido da operação configurante constitutiva da composição da intriga – o próprio sentido de *mimésis 2* portanto – resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que Ricoeur denominou de *mimésis 1* e de *mimésis 3* (TR 1:86), posição intermediária ou de mediação que consiste em transfigurar a "montante" em "jusante" pelo seu poder de configuração. É esta tese que Ricoeur vai confrontar, no segundo volume dedicado à narração de ficção, à tese que, segundo ele, caracteriza a semiótica do texto, a tese que afirma que uma ciência do texto pode ser elaborada a partir da única abstração de *mimésis 2* e pode limitar-se apenas às leis internas da obra literária, sem considerar o que ele chamou aqui de "a montante" e "a jusante" do texto (TR 1:86). Ao contrário, a tarefa da hermenêutica vai consistir em "reconstruir o conjunto das operações através das quais uma obra surge a partir do fundo opaco do viver, do agir e do padecer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e muda, assim, o seu agir" (TR 1:86). Enquanto que para a semiótica, segundo Ricoeur, o único conceito operatório permanece o de *texto literário*, para a hermenêutica, a problemática a ser investigada é a do "processo concreto pelo qual a configuração textual é uma *mediação* entre a pré-figuração do campo prático e a sua refiguração pela recepção da obra" (TR 1:86). O leitor ganha nesta abordagem hermenêutica um privilégio: com efeito, é ele que "assume pelo seu fazer (a ação de ler) a unidade do percurso que vai de *mimésis 1* a *mimésis 3* por meio da *mimésis 2*" (TR 1:86). Nesta dinâmica da configuração narrativa estaria a chave para o problema da relação entre tempo e narração. Para solucionar este problema Ricoeur acha necessário estabelecer o papel mediador da configuração narrativa no processo mimético entre um estado da experiência prática que a precede e um estado da experiência prática que lhe é posterior. Tratar-se-ia, portanto, de "seguir o destino de um tempo prefigurado a um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado" (TR 1:87).

A configuração narrativa (*mimêsis 2*) está enraizada numa pré-compreensão do mundo da ação (*mimêsis 1*): não apenas numa pré-compreensão das estruturas inteligíveis do mundo da ação (de sua semântica) mas também numa pré-compreensão dos recursos simbólicos do mundo da ação (de sua simbólica) e de seu caráter temporal (de sua temporalidade) (TR 1:87-100). A pré-compreensão do mundo da ação é caracterizada. "pelo domínio da rede de intersignificações constitutiva da semântica da ação, pela familiaridade com as mediações simbólicas e com os recursos pré-narrativos do agir humano" (TR 1:123).

A configuração narrativa (*mimêsis 2*), enquanto mediação, pode ser considerada, no que diz respeito aos seus aspectos temporais, como uma "síntese do heterogêneo" (TR 1:103). A narração enquanto *ato configurante* (8) extrai uma figura de uma sucessão de acontecimentos ou de incidentes. A configuração narrativa transforma a sucessão dos acontecimentos em uma totalidade significante. Uma vez que a produção do ato configurante pode ser comparada ao trabalho da imaginação produtiva em Kant, isso permite a Ricoeur falar do esquematismo da função narrativa, um esquematismo que se constitui, por sua vez, numa história que possui todas as características de uma *tradição* (TR 1:106), tradição no sentido de uma "transmissão viva de uma inovação que pode ser sempre reativada ao retornar aos momentos mais criativos do fazer poético" (ibid), uma tradição que pode ser vista como uma gramática que governaria a composição de obras novas, "novas antes de se tornarem típicas" (TR 1:108). No que diz respeito à narração de ficção enquanto ato configurante, e suas relações com a experiência do tempo, Ricoeur analisa mais detalhadamente as três obras seguintes no segundo volume de *Tempo e Narração*, três obras que seriam três fábulas sobre o tempo: *Mrs. Dalloway*, de Virgínia Woolf, *Der Zauberberg* de Thomas Mann e *À la recherche du temps perdu* de Marcel Proust (TR 2:150-225).

Mas a configuração narrativa, a narração enquanto ato configurante, só ganha o seu sentido pleno quando ela é restituída ao tempo do agir e do padecer em *mimêsis 3*. A *mimêsis 3* marca a intersecção do mundo configurado pela narração e do mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra a sua temporalidade específica. Do lado da narração histórica, a noção de rastro, de vestígio (*trace*), é "um dos instrumentos através dos quais a história "refigura" o tempo" (TR 3:171-183). Do lado da narração de ficção, é através do ato de leitura que a ficção retorna ao campo prático da existência. O ato de

leitura retoma e termina o ato configurante. Seria para além da leitura, *na ação efetiva*, instruída pelas obras recebidas, que a configuração do texto, segundo Ricoeur, torna-se refiguração (TR 3:230). Ricoeur tenta coordenar na quarta parte de *Tempo e Narração* (TR 3: 228-263) as relações entre uma teoria da leitura tal como foi proposta por Wolfgang Iser (9) e uma teoria da recepção da obra tal como foi proposta por Hans Robert Jauss (10).

Na *Metáfora Viva*, Ricoeur tinha dito que a poesia através de seu *mythos* re-descreve o mundo. Em *Tempo e Narração* é a mediação da *leitura* que permite explicitar o confronto entre dois mundos, o mundo fictício (imaginário) do texto e o mundo real (efetivo) do leitor. Trata-se, agora, de colocar a problemática, bastante complexa, da referência e da verdade da narração. A história fala do "real" como passado, as obras literárias falam do "irreal" como ficcional. Toda a investigação dos entrecruzamentos da história e da ficção conduz Ricoeur ao centro do problema que ele tinha ainda chamado de *referência cruzada* no primeiro volume desta obra (11), mas que ele prefere agora chamar de *refiguração cruzada* para designar os efeitos conjuntos da história e da ficção no plano do agir e do padecer humano (TR 3:150). A refiguração do tempo pela história e pela ficção concretiza-se através dos empréstimos que cada um destes modos narrativos faz ao outro. O tempo humano é refigurado em *comum* pela historiografia e pela ficção literária, cruzando sobre ele os seus modos referenciais (TR 1:124). Ricoeur chama de *representância* (*représentance*), ou de "*lieutenance*", as relações entre as construções da história e o seu "vis-à-vis", a saber, um passado abolido e ao mesmo tempo preservado em seus vestígios. Há algo que corresponde, na ficção, a esta noção de representância; seriam os *efeitos* da ficção, efeitos de revelação e de transformação da vida prática, efeitos que seriam, essencialmente, para Ricoeur, efeitos de leitura (TR 3:149 e 229-263). Ele tenta determinar, numa teoria da leitura alargada, a convergência entre a narração histórica e a narração de ficção (TR 3:264-279). O terceiro volume consiste, pelo menos nos oito primeiros capítulos, num diálogo, ou melhor, numa conversa triangular entre a fenomenologia do tempo, a historiografia e a narração de ficção.

Os dois últimos capítulos deste terceiro volume dizem respeito a uma aporia ainda mais complexa, a aporia da unicidade do tempo. O penúltimo capítulo (TR 3:280-299) consiste numa discussão crítica da problemática hegeliana da totalização do tempo. Ricoeur explicita de que modo o problema, hegeliano, da totalização da história poderia ser visto como uma resposta dada pela narração, considerada

nas suas duas modalidades, à aporia da unicidade do tempo. A questão da totalização da história diz respeito à consciência histórica no seu duplo sentido de consciência da história e de consciência de pertencer à história (TR 3:14). O termo história, neste momento da investigação de Ricoeur, significa não apenas a história narrada tanto no modo histórico como no modo da ficção, mas também a história feita e vivida pelos homens. A função narrativa poderia ser definida, em última instância, segundo Ricoeur, "pela sua ambição de refigurar a *condição* histórica e de a elevar assim ao seu estatuto de *consciência* histórica" (TR 3:151). Apesar de Ricoeur aceitar que é necessário pensar a condição e a consciência histórica como um processo de totalização, ele prefere abordar, numa hermenêutica da consciência histórica (TR 3:300-346), a mediação imperfeita e, portanto, não total, entre o futuro, o passado e o presente, entre o futuro como horizonte de expectativas, o passado como tradição e o presente como surgimento intempestivo. É com essa mediação entre expectativa, tradição e surgimento intempestivo do presente que Ricoeur termina o trabalho de refiguração do tempo pela narração. Esta hermenêutica da consciência histórica já ultrapassa a proposta de uma teoria da leitura alargada e aponta para uma outra concepção da ação. O nosso tempo presente é considerado por Ricoeur um tempo de crise: "o presente é ele todo crise quando a espera se refugia na utopia e quando a tradição torna-se um depósito morto" (TR 3:339). A tarefa consiste agora em propor uma concepção do presente (e, portanto, da ação) enquanto iniciativa, na qual a promessa, considerada na sua dimensão ética e na sua dimensão política, ganha uma importância fundamental (TR 3: 338 e 371).

A conclusão (TR 3:349-392), em forma de pós-fácio, retoma todo o caminho percorrido e aborda os limites desta reflexão. Haveria ainda uma aporia mais difícil de ser tratada e que estaria dissimulada por trás das outras duas, a aporia do caráter finalmente irrepresentável do tempo. Haveria do lado da poética da narração uma resposta adequada a esta questão que poderia ser considerada embaraçosa já que diz respeito à questão de saber se é possível refigurar o "irrepresentável" e que o leva a admitir os limites da narração frente ao mistério do tempo que nos cerca e a examinar mais atentamente esses limites da narração. Ao admitir os limites da narração, Ricoeur não está defendendo uma posição obscurantista: o mistério do tempo não equivale, diz ele, a interditar a linguagem a busca de outras formas de dizer o tempo. Ao contrário, o mistério do tempo suscita, segundo ele, a "exigência de pensar mais e de dizer de outro modo" (TR 3:392). É com este último confronto entre a aporética do tempo e a poética da narração que Ricoeur termina esta obra monumental e difícil.

- (1) – RICOEUR, P. *Temps et Récit*, Tome 1: Temps et Récit (1983), Tome 2: La configuration du temps dans le récit de fiction (1984), Tome 3: Le temps raconté (1985). Paris, Ed. du Seuil.
- (2) – RICOEUR, O. *La Métaphore Vive*. Paris, Ed. du Seuil, 1975. Cf. introdução de Miguel Baptista Pereira à tradução portuguesa desta obra (*Metáfora Viva*. Porto, Rés Ed., 1983); as nossas referências serão a esta tradução portuguesa de MV.
- (3) – Cf. RICOEUR, P. *Hermeneutics and the human sciences*, Essay on language, action and interpretation; editado, traduzido e com uma introdução de J.B. Thompson. Cambridge, Cambridge Univ. Press. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1981.
- (4) ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, Prefácio, Comentários e Apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, FCSH da Univ. Nova de Lisboa, 1986.
- (5) Para Ricoeur o mundo é “o conjunto das referências abertas por todas as espécies de textos descritivos ou poéticos” que lemos, interpretamos e amamos. Compreender esses textos é interpolar entre os predicados de nossa situação todas as significações que fazem de um simples contexto (*Umwelt*) um mundo (*Welt*) (TR 1:120-121).
- (6) Cf. RICOEUR, P. La fonction narrative (1979), traduzido em inglês por J. B. Thompson em *Hermeneutics and the human Sciences*: 274-296. Não nos é possível aqui explicitar em que medida a hermenêutica do “real” e do “irreal” não pertence mais à linguagem da referência (Cf. TR 3).
- (7) HEMPEL, C.G The function of general laws in history. *The Journal of Philosophy* 39:35-48-1942; publicado posteriormente em GARDINER, P. *Theories of History*. New York, The Free Press. 1959: 344-356.
- (8) Ricoeur retoma a Louis O. Mink (The Autonomy of Historical Understanding. *History and Theory* Vol. V, Nº: 23-47, 1965) esta noção de “configurational act” alargando o seu sentido de modo a abranger todo o campo da inteligência narrativa (TR 1:103).
- (9) ISER, W. *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*: 1976. Trad. ing. Baltimore, The Johns Hopkins Univ. Press., 1978. Trad. fr. de E. Szyner, *Théorie de l'effet esthétique*, Bruxelles: P. Mardaga, 1985.
- (10) JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Trad. fr. de C. Maillard. Paris, Gallimard, 1978.
- (11) *Temps et Récit* 1:117-124. Ver também *Hermeneutics and the human sciences*: 294-296.